

UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES A PARTIR DA PLURIATIVIDADE

Isadora Wayhs Cadore Virgolin¹
Clayton Hillig²
José Marcos Froehlich³

RESUMO

Neste artigo trata-se da pluriatividade a partir de um estudo realizado com onze agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a atividade de reciclagem na Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do estudo foi analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos, tomando em consideração a vinculação destes à Cooperativa. A pesquisa se caracterizou como qualitativa do tipo descritiva. Os dados empíricos foram coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstraram que o ambiente social a que se integram os agricultores vem sofrendo transformações significativas oferecendo alternativas de trabalho, às quais os agricultores se engajam, redimensionando as condições de reprodução social. Verificou-se que a conciliação do trabalho agrícola com outra atividade tem engendrado novos sentidos do trabalho para o agricultor. Estes sentidos extrapolam o aspecto econômico, relacionando-se ao âmbito das relações familiares, da sociabilidade, dos papéis sociais, da autonomia dos trabalhadores, da função social das atividades de trabalho entre outros. Também se evidência pelo pesquisador um sentido negativo da atividade laboral para os sujeitos em função da sobrecarga de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, Pluriatividade, Sentidos, Agricultura Familiar.

A STUDY ON THE WORK DIRECTIONS FOR FARMERS FAMILY FROM PLURIACTIVITY

ABSTRACT

This treatment article of pluriactivity from a study with eleven farmers that combine agricultural activity with the recycling activity in the Cooperative of Recyclers of Organic and Inorganic Chemicals, located in the rural municipality of Santa Cecília in South Northeastern State of Rio Grande do Sul. The overall objective of the study was to analyze the meaning of work for pluriactive family farmers, taking into account the

¹Graduada em Serviço Social. Mestra em Extensão Rural (UFSM). Doutoranda em Extensão Rural (PPGExR/UFSM). Docente na Universidade de Cruz Alta. Email: isadoravirgolin@yahoo.com.br

²Graduado em Medicina Veterinária. Mestre em Extensão Rural (UFSM). Doutor em Sociologia (UFRGS). Docente na Universidade Federal de Santa Maria. Email: hillig@smail.ufsm.br

³Graduado em Agronomia. Mestre em Sociologia (UFRGS). Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ). Pós-doutor em Antropologia Social (Universidade de Sevilha). Docente Universidade Federal de Santa Maria. Email: jmarcos.froehlich@gmail.com

binding of these to the Cooperative. The research is characterized as qualitative descriptive type. The empirical data were collected by conducting semi-structured interviews. The results showed that the social environment that integrate farmers has undergone significant transformations offering alternative work, to which farmers engage, resizing the conditions of social reproduction. It was found that the reconciliation of work with other agricultural activity has engendered new ways of working for the farmer. These meanings go beyond the economic aspect, relating to the scope of family relationships, sociability, social roles, autonomy of workers, the social function of work activities among others. Also evidenced by the researcher a negative sense of labor activity for subjects depending on the workload.

Key words: Work, Pluriactivity, Meanings, Family Agriculture

1. INTRODUÇÃO

O meio rural tem passado, ao longo da história, por significativas mudanças, sobretudo a partir da implantação do modelo de desenvolvimento e de agricultura gestados no interior das sociedades capitalistas industriais principalmente depois do pós-guerra que trouxe uma racionalidade técnico-econômica sem precedentes. Os processos de industrialização, modernização e urbanização inerentes a este modelo e ao modo de produção capitalista passaram a exercer interferência hegemônica sobre as organizações socioeconômicas, sendo então comumente considerados como inevitáveis. Porém, ao privilegiar o crescimento econômico, a aplicação de tal modelo foi responsável, entre outros efeitos, pelo êxodo rural e conseqüente inchaço dos centros urbanos, além de promover em escala crescente a marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população.

Em função dessa realidade, no Brasil, durante a década de 1980, grande parte das reflexões sobre processos em vigência no mundo rural apontava para um quadro crescente de desagregação e esvaziamento, que culminaria com o sua provável decadência (FERREIRA, 2002).

Dado o conjunto de efeitos negativos atribuídos ao modelo produtivista, este foi objeto de fortes questionamentos, especialmente em decorrência da modernização da agricultura. Esta favoreceu a reordenação de formas tradicionais de uso de mão de obra, gerando excedentes da força de trabalho, em outras atividades.

Diante disso, outras potencialidades foram reconhecidas no mundo rural, entre elas espaço de residência, de turismo e de lazer. Uma heterogeneidade de serviços, atividades, ocupação e novas funções, que não se restringem mais aos aspectos de produtividade agrícola, passaram a compor e alterar este espaço.

A diversidade de funções, correspondentes a atividades instaladas no meio rural tem sido denominada de “multifuncionalidade do rural”, expressão que pretende assinalar a mudança a partir da qual o espaço rural deixa de ser entendido apenas como produtor de bens agrícolas, ampliando o campo de suas funções sociais e englobando um conjunto diverso de elementos econômicos, culturais e ambientais. A multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade, que se caracteriza por situações nas quais os indivíduos de famílias domiciliadas no rural passam a combinar o exercício de duas ou mais atividades econômicas, sendo uma delas a agricultura (CARNEIRO, 2008).

A realização de atividades não-agrícolas no meio rural vem historicamente sendo abordada a partir de discussões que utilizam termos como “agricultor em tempo parcial”, “atividades não-agrícolas no meio rural”, “empregos múltiplos”, “fontes de renda diversificadas” e “pluriatividade”. No entanto, a abordagem que toma como referência

este último termo ganha consistência no Brasil, a partir da década de 1990, com Schneider (1994 e 1995), Silva (1999 e 1997) e Kageyama (1998).

Nessas décadas dois estudos destes autores destacaram-se. Um deles, realizado através do projeto Rururbano, buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Este estudo demonstrou, na época, que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (SILVA, 1999). O outro estudo foi realizado na região Sul do país por Schneider (2009), e demonstrou como as estratégias de emprego e renda estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou, além disso, o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região.

Os trabalhos mencionados têm em comum o fato de apontarem os fatores determinantes da emergência da pluriatividade. Embora apresentem algumas especificidades, registram como primeira causa desta última a própria modernização técnico-produtiva que tornou as práticas no meio rural cada vez mais individualizadas resultando, invariavelmente, em redução da utilização da mão de obra total das famílias nas atividades agrícolas. O segundo fator responsável pela emergência da pluriatividade seria a queda das rendas agrícolas em decorrência principalmente do aumento dos custos de produção, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas. O terceiro fator seriam as mudanças nos mercados de trabalho, ou seja, o fenômeno estaria associado à dinâmica da demanda de trabalhadores em atividades não-agrícolas. Diversos estudos indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais. Por último, a pluriatividade estaria associada também ao reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural, bem como de a sua capacidade de persistir à crescente mercantilização produtiva e inserção em mercados nos quais a conciliação da atividade agrícola com outra atividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações na agricultura (SCHNEIDER, 2009; SILVA, 1999; KAGEYAMA, 2008).

Observa-se assim, que os fatores que motivam a pluriatividade podem ser de caráter estrutural, ligados aos processos macros societários e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, como podem estar relacionadas a respostas conjunturais dos agricultores, em consonância ao contexto em que estiverem situados ou em decorrência de suas condições intrafamiliares. Estes fatores fazem com que a pluriatividade se apresente como um fenômeno heterogêneo e diversificado.

Para Schneider (2009), a pluriatividade deve ser entendida como estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais a sua integração à dinâmica social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas principalmente, decorrente do recurso às atividades não agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho.

Esta pesquisa se insere no âmbito dessa discussão, investigando a realidade de agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a atividade de reciclagem na Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Esta cooperativa foi criada no ano de 2003 por iniciativa de um grupo de agricultores em busca de uma alternativa de renda para as famílias e meio de coibir o êxodo rural.

As motivações para realizar o estudo neste contexto decorrem das presunções de que as experiências de pluriatividade no meio rural, ao propiciarem vivências de conciliação entre trabalho agrícola com outra atividade laboral, refletem não só sobre princípios de organização relacionados à questão do emprego, da renda, da

sazonalidade ou do êxodo rural, mas também engendrando repercussões na vida dos sujeitos e das famílias dos agricultores.

No caso deste trabalho as motivações são acrescidas ainda do contexto e características específicas em que a atividade pluriativa é realizada, ou seja, com materiais recicláveis, cujo trabalho ainda é relativamente novo e carrega uma série de preconceções negativas como parte do referencial de estética da sociedade em geral. Além disso, se desconhece outras iniciativas de trabalho no setor de reciclagem que sejam realizadas no meio rural e tenham sido propostas por iniciativa de agricultores familiares. Visualiza-se nesta experiência uma manifestação das transformações do rural, o que vem sendo denominado novas ruralidades, na medida em que, neste espaço, se passa a trabalhar com uma atividade predominantemente realizada no meio urbano. Há ainda uma integração entre atividades exercidas no meio rural e urbano, sendo este último o espaço de recepção de resíduos descartados na cidade e que aí são transformados em alternativa de renda para as famílias do rural.

A pesquisa teve, assim, como objetivo geral analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos a partir da vinculação destes à Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul.

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa do tipo qualitativa de caráter descritivo. Os sujeitos foram onze agricultores familiares que se caracterizam como pluriativos por conciliar o trabalho agrícola desenvolvido no interior da propriedade rural com a atividade de reciclador na Coopercicla. A investigação esteve centrada na descrição, compreensão e interpretação dos dados coletados a partir da realidade dos sujeitos, trabalhando com variáveis relacionadas aos aspectos subjetivos e às práticas sociais, voltados principalmente ao sentido e significado resultantes do trabalho pluriativo.

2. O FENÔMENO DA PLURIATIVIDADE

A pluriatividade pode ser considerada uma adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrosociais pelas quais a família toma decisões quanto às estratégias de produção. Ela se caracteriza pela junção de duas ou mais atividades agrícolas e não agrícolas ligadas às estratégias produtivas que os membros das famílias domiciliadas nos espaços rurais adotam. Porém, vale destacar que a pluriatividade possui diversos significados, entre eles de se tratar de um grande processo de reconstituição produtiva no espaço agrário. (PIRES, 2007).

Especialmente nos países desenvolvidos já se conta há tempos com o que tem sido denominado de agricultor em tempo parcial ou *part-time farmere* que no Brasil vem sendo denominado de pluriativo. Este termo ganha importância na academia a partir da segunda metade dos anos 1980. Não raras vezes os dois termos são utilizados como semelhantes. No entanto, as diferenças existem. A pluriatividade sugere um modo de gestão do trabalho doméstico no qual o trabalho agrícola encontra-se sempre contido, podendo até não ser, uma atividade exclusiva ou mesmo mais significativa. Além disso, outras atividades podem ser assumidas com a finalidade de apoiar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. Já o termo *part-time farming* pode ser usado de maneira mais concisa para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é operada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho (FULLER; BRUM, 1988 apud SCHNEIDER, 2009).

Ressalta-se que, até o final da década de 1970, a agricultura em tempo parcial era considerada como um fator que travava o desenvolvimento capitalista da agricultura, assim como este havia sido previsto por alguns autores marxistas – como Kautsky – que denominavam o processo de paradigma de "laproletarización agrária". Era vista ainda

como um fenômeno associado a explorações decadentes, por características como descapitalização e má-qualidade dos solos que impediam o desenvolvimento de uma agricultura competitiva (ANJOS; CALDAS, 2004).

Segundo Schneider (2009) nos anos 80, no Brasil, o tema passou a ser discutido não como trabalho pluriativo, mas sob a designação de dupla atividade dos agricultores, sendo que o tema encontrava respaldo nos estudos e pesquisas relacionadas aos denominados "colonos operários" referidos fundamentalmente aos trabalhadores de Santa Catarina que residiam no meio rural e passaram a trabalhar nas indústrias têxteis. Estes eram indivíduos que não eram nem operários e nem camponeses, mas se identificavam como colonos.

Na década de 1990, já sob a denominação de pluriatividade, as pesquisas intensificaram-se com o Projeto Rurbano que buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. O projeto contou com três fases distintas. Na segunda fase do estudo o foco mudou das pessoas ocupadas para as famílias rurais, visando principalmente à análise da pluriatividade. Naquela época, os dados demonstraram que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (SILVA, 1999). Na mesma década, um estudo bastante importante sobre o tema foi realizado na região Sul do país por Schneider (2009). O autor buscou demonstrar como as estratégias de emprego e rendas estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região. Destacaram-se, na época, também as pesquisas realizadas por Carneiro (1998).

Apesar da pluriatividade de forma geral ser apontada no meio acadêmico como um fenômeno novo e recente que traz uma nova configuração para o rural, não é descartada também a argumentação de que a combinação de várias atividades no interior de uma família de agricultores é uma característica muito antiga e que anteriormente se materializava pelo chamado setor de subsistência. Deste modo, a única novidade seria o reconhecimento político e social deste setor. Carneiro (2004) se posiciona sobre este aspecto considerando que a pluriatividade pode ser vista tanto como um fenômeno antigo como recente.

Encontram-se ainda argumentos de que a pluriatividade seria uma característica passageira ou transitória, que tenderia a desaparecer na proporção em que avançasse o processo de subordinação da agricultura e do mundo rural à dinâmica urbana e industrial da sociedade contemporânea (ANJOS, 2003). Mesmo tendo presente tais divergências, é possível afirmar que a noção de pluriatividade tem sido apontada como uma maneira de entender o fenômeno da multiplicidade de formas de constituição de renda e trabalho das unidades agrícolas (ANJOS, 2003).

Segundo Schneider (2009, p. 14) a pluriatividade:

É uma característica peculiar dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos ciclos mercantis via processos de produção ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas.

O mesmo autor acima citado, ao buscar uma conceituação para a pluriatividade, recorre a Fuller (1990) mediante a alegação de que este autor apresenta uma das mais rigorosas definições acerca do termo. Segundo o autor, a pluriatividade

Permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração, receitas, rendimentos, rendas em espécie e transferências (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2009).

A partir deste conceito percebe-se que a pluriatividade é um elemento diversificado e heterogêneo que se constitui numa espécie de estratégia por meio qual as famílias e os indivíduos se organizam para inserção na divisão social do trabalho. A pluriatividade se manifesta em iniciativas diversas as quais recorrem às famílias de agricultores em momentos diferentes do seu ciclo. Há ainda quem afirme como desdobramento do fenômeno o fato de criarem-se condições através das quais se fortalece a dissociação entre família, unidade de produção e exercício profissional (ANJOS; CALDAS, 2004).

A pluriatividade oferece variantes bastante significativas de tempo e espaço, mesmo que se possa afirmar que sua característica essencial seja a interação entre agricultura, o mercado de trabalho e a unidade familiar. Desse modo, o seu conceito remete à utilização de três níveis de análise a respeito do fenômeno. Um que enxerga a pluriatividade como uma expressão de certos tipos de economias locais ou regionais; outro faz referência à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre pluriatividade e agricultura; e por último, o nível de análise que faz a interpretação da pluriatividade a partir das transformações socioeconômicas estruturais do meio rural (BRUN; FULLER, 1991 apud SCHNEIDER, 2009).

3. A COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS E DE SANTA CECÍLIA DO SUL

A Coopericla está situada no distrito de Vista Alegre, no município de Santa Cecília do Sul. O distrito está localizado na zona rural, a sete quilômetros da cidade.

A cooperativa embora tenha sido constituída em 2003, a forma de trabalho coletivo que a caracteriza remonta a anos anteriores. Em 1991, um grupo de oito famílias de pequenos agricultores constituiu uma associação na forma de Condomínio Rural, objetivando evitar o êxodo rural e dar sustentabilidade, principalmente financeira, a essas famílias. O grupo buscava uma possibilidade para utilizar a força de trabalho disponível, procurando evitar que membros das famílias migrassem para outros locais. Segundo relato dos dirigentes da atual cooperativa, o grupo buscou inicialmente diversas alternativas, dentre as quais a produção e comercialização de produtos coloniais, tais como bolachas, salames, geleias entre outras. Porém, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas relacionadas a produção, comercialização e conseqüente geração de renda efetiva e sistemática as pessoas passaram a buscar outras possibilidades de negócio para a associação quando então, em 1997 surgiu junto ao poder público municipal e outras instituições da região a ideia de reciclar resíduos

orgânicos e inorgânicos. Para tanto, buscaram informações e os procedimentos necessários para ingressar no segmento da reciclagem.

Em 1998 o grupo encaminhou um projeto para Fundação Mauricio Sirotski, tendo sido atendido com um galpão para reciclagem. Entre 2001 e 2002, um consórcio de prefeituras viabilizou a constituição de uma central de triagem com equipamentos para operacionalização. Inicialmente com 12 pessoas trabalhando o grupo foi crescendo e a cooperativa se consolidou naturalmente, favorecida pelo espírito empreendedor e de cooperação das pessoas. Segue o relato de um dos entrevistados sobre o processo que resultou na criação da Coopercicla:

Em 1991 foi criada a associação dos agricultores onde tínhamos uma área que era arrendada para a associação, onde fazíamos o trabalho coletivo de soja, milho, feijão, trigo. Infelizmente, na época, tivemos um período de seca, as terras não eram corrigidas. Adquirimos um trator coletivo que estragou e nos deu um custo muito alto, tivemos que reformá-lo, e mais a seca que deu, inviabilizou o trabalho coletivo. Sendo assim, naquela época todos os associados disponibilizaram um patrimônio para quitar a dívida, todos nós nos desfizemos de alguma coisa, porque as dívidas precisavam ser pagas coletivamente. A partir de 2007, precisávamos de uma alternativa para permanecer no meio rural e não ir para a cidade. Então surgiu a ideia de trabalhar com o lixo e, com a nossa necessidade e a demanda que tinha o município de Tapejara, “abraçamos” a causa e fomos felizes. Foram apresentadas à Fepam três áreas para serem feitas a análise e é esta a área atual hoje que foi aprovada por eles e adquirida pela prefeitura em 2006. Em 2007, quando assumimos tinha-se que fazer alguns trabalhos de recuperação e implantação das lagoas, dos piezômetros; e arcamos com os custos e havia uma outra empresa interessada e quando soubemos, já estava quase se perdendo, e daí interveio a câmara de vereadores de Santa Cecília que deu uma força muito forte pra nós (ENTREVISTADO, F).

Atualmente a cooperativa conta com 113 associados, sendo que 68 estão em plena atividade, entre os quais 36 são homens e 32 são mulheres, todos provenientes das cidades de Tapejara e Santa Cecília do Sul (PROJETO COOPERCICLA, 2010).

A cooperativa tem como objetivos: congregar integrantes da atividade de reciclagem de resíduos orgânicos e inorgânicos, coletores, selecionadores de materiais recicláveis, buscando sua defesa econômica e social; criar condições para o exercício das atividades a que se propõem e aprimorar a prestação de serviços dos associados; coletar, separar, processar, armazenar e comercializar materiais recicláveis (PROJETO COOPERCICLA, 2010).

Atualmente a Coopercicla processa os resíduos de oito municípios da região, fazendo também o recolhimento e a coleta seletiva em três deles (Tapejara, Charrua e Ibiaçá), inclusive na área rural e numa reserva indígena, mediante contratos com as prefeituras. Com a reciclagem e a compostagem, a cooperativa reaproveita 88% de todo o resíduo que chega à triagem, 350 toneladas mensais. O rejeito – o que não pode ser aproveitado – é encaminhado para um aterro sanitário próprio, ao lado da sede.

O Estatuto Social é que rege a Coopercicla e também um regimento interno próprio. Dentre as exigências para fazer parte da cooperativa está a necessidade de demonstrar conhecimento sobre os princípios e doutrina do cooperativismo. Caso o

interessado não apresente tal conhecimento, deverá frequentar um curso de capacitação básica relacionado ao tema (REGIMENTO INTERNO, 2010).

A cooperativa conta com alguns fundos, destinados a gratificações e benefícios para os associados. O Fundo de Amparo ao Cooperado é constituído por 3% do valor da produção mensal, deduzido do associado, acrescido do mesmo valor correspondente a ser depositado pela cooperativa em nome do mesmo. Este fundo só pode ser utilizado pelo associado quando este se desligar da cooperativa, à semelhança do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores contratados via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O outro fundo, denominado de Fundo Anual de Descanso, é composto por 3% do valor da produção mensal deduzido do associado, acrescido de mesmo valor correspondente a ser depositado pela Coopericla em nome de cooperado. O associado tem direito a resgatar o valor após a cada período de doze meses de contribuição, além de gozar de quinze dias de descanso por ano (REGIMENTO INTERNO, 2010).

4.0 SENTIDO DO TRABALHO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

O trabalho ao longo da história assumiu e pode assumir diferentes sentidos⁴ e significados. É possível identificar que ao longo dessa história o mesmo apresenta duas perspectivas distintas: uma de caráter negativo e a outra positiva. Em alguns períodos representa punição, fardo, castigo divino e incômodo. Em outros, lugar de criação, realização, crescimento pessoal, possibilidade de o homem construir a si mesmo e demarcar sua existência e importância no mundo. Sobre o trabalho na contemporaneidade, especialmente a partir do contexto de acumulação flexível pode-se assinalar tanto a convergência como a divergência sobre o seu significado. Antunes (2001, p.27) destaca que quando se reflete o mundo do trabalho, logo emerge o seu lado destrutivo, ou seja, o ser social que trabalha vivencia seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização e a violência ainda maior do desemprego. Tendo presente estas alterações, nesta seção analisa-se o sentido do trabalho de forma geral para os agricultores familiares pluriativos, sendo que os aspectos associados ao trabalho pluriativo serão explorados nos próximos itens deste texto.

Através dos relatos é possível perceber, primeiramente, que o trabalho para os agricultores desde muito cedo é visto como intrínseco à vida de todo o ser humano. Isso se percebe quando os entrevistados fazem questão de afirmar por várias vezes durante as entrevistas que sempre trabalharam, mesmo quando crianças. Sobre isto nos chamou atenção o seguinte questionamento de um dos entrevistados em relação à legitimidade da proibição do trabalho infantil:

A gente ia pra roça, eu me lembro que o pai colocava a gente pra colher uva, ainda mais que nós tínhamos um tamanho bom pra ficar debaixo do parreiral. Agora, hoje, tu não pode mais fazer isso e eles também não querem. Nós não tínhamos escolha (ENTREVISTADO, C).

⁴ Estudos como de Tolfo e Piccinini (2007) diferenciam sentidos e significados. Porém, algumas semelhanças são apontadas, entre elas o fato de que ambos são produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas. Os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto, enquanto que os sentidos são uma produção pessoal a partir da internalização individual dos significados coletivos nas experiências do cotidiano. Sendo assim, os sentidos e significados são transformados constantemente por meio de uma relação dialética com a realidade.

Relacionado ao acima exposto, é possível verificar que o sentido do trabalho aparece associado à penosidade ou dificuldade. Este aspecto é percebido quando, durante as entrevistas, ao abordar o tema do trabalho, os sujeitos resgatam as antigas formas de trabalho e as experiências vivenciadas por seus pais e avós em comparação com o trabalho na atualidade, assim como foi demonstrado anteriormente.

Sobre as dificuldades outrora enfrentadas pelas famílias, foi mencionado principalmente o desgaste físico ocasionado pela falta de disponibilidade de equipamentos e tecnologia, seguido das más condições das vias de acesso ao meio rural e a falta de incentivos públicos (como o PRONAF), entre outras questões.

Chamo atenção que dois entrevistados sinalizaram dificuldades decorrentes das relações familiares que eram estabelecidas no passado e que influenciavam negativamente no trabalho. Observa-se, através dos relatos, que as famílias eram muito numerosas e que os filhos depois de casados continuavam dividindo a mesma moradia, assim as relações familiares permeavam todas as instâncias da vida dos sujeitos, gerando tensões no grupo familiar.

As até aqui mencionadas nos fazem associar o sentido do trabalho para os agricultores a uma questão geracional e familiar, ou seja, este está fortemente associado às experiências de trabalho vivenciadas pelos próprios entrevistados no passado e pelas antigas gerações da família.

Verifica-se também que o sentido do trabalho para os sujeitos da pesquisa está fortemente ligado ao aspecto da natureza, tanto na atividade agrícola como na reciclagem. O agricultor tem no solo, nas condições meteorológicas, nas suas plantações as principais bases para a sua manutenção econômica e social. Deste modo, o trabalho assume um sentido de prazer e também de sacrifício: de prazer porque muitos entrevistados mencionam a satisfação em manusear a terra, ver as plantas crescerem, ganharem vida e cuidar dos seus animais; o trabalho é associado ao sacrifício quando ocorrem imprevisos climáticos que impedem que o trabalhador se aproprie do fruto do seu trabalho.

Na atividade não-agrícola, ou seja, na Cooperclca, o sentido do trabalho também é associado em partes à natureza na medida em que reconhecem a contribuição do trabalho do reciclador para o meio ambiente. Zwiket al. (2010) fornecem subsídios para refletir sobre o sentido do trabalho. Neste aspecto quando afirma que o mesmo, enquanto capacidade de transformar a natureza para atender as necessidades humanas, é intenso de sentido para o agricultor familiar, pois ele realiza e entende a transformação da natureza de forma concreta e íntima.

Outro aspecto bastante significativo que é possível extrair dos sujeitos é que o sentido do trabalho é praticamente sinônimo de atendimento à subsistência. Verifica-se assim que esta é uma particularidade que está relacionada à questão da produção para o autoconsumo, no qual o diferencial para o agricultor familiar está no fato de que este não tem como objetivo principal a mercantilização do trabalho. Aqui encontramos a compreensão de Marx acerca do trabalho quando este afirma que o mesmo pode ser compreendido genericamente como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas (MARX, 2003).

No caso do trabalho pluriativo observa-se um sentido negativo quando este é associado à sobrecarga de trabalho, conforme será explicitado nos itens seguintes.

Por último, verifica-se que o trabalho, além de ser sinônimo de atendimento à subsistência também é fonte de prazer e satisfação, quando através do mesmo é possível atender às necessidades da família quanto à aquisição de bens que acolham as demandas, principalmente dos filhos, e quando configura-se como uma oportunidade de autonomia financeira para as mulheres do meio rural.

A partir dos dados constata-se que, de um modo geral, os sentidos do trabalho estão associados a questões geracionais, a fatores ligados à natureza, ao atendimento

à subsistência e à satisfação do grupo familiar a partir da possibilidade de aquisição de alguns bens materiais.

4.1 Os motivos do trabalho pluriativo

Com relação ao que motivou a ocupação em outra atividade além da agricultura, os entrevistados foram unânimes ao responder que o motivo principal foi a necessidade de agregar mais renda para a família. As causas apresentadas pelos trabalhadores pluriativos que levam a esta necessidade são argumentadas primeiramente em aspectos comumente característicos da atividade agrícola entre os quais se destacam: a instabilidade financeira, a imprevisibilidade climática, o tamanho da propriedade e a falta de condições de manutenção e investimentos na propriedade. A segunda causa está relacionada à renda, em correspondência à necessidade de atendimento de demandas do grupo familiar. Por último, as motivações podem ser agrupadas em fatores ligados a motivações pessoais.

Com relação à instabilidade financeira, os entrevistados referiram que na agricultura não existem condições para obtenção de um ganho fixo e sistemático, ao contrário de outros tipos de trabalho, a exemplo do que é realizado na cooperativa. Esta questão é expressa quando fazem colocações relacionadas à garantia do salário no final do mês que, conseqüentemente, traz a possibilidade de atender determinadas demandas regularmente, como é exposto por um entrevistado ao mencionar a possibilidade de realizar a compra de supermercado mensal, conforme segue em duas falas: "Só na agricultura não dá pra viver. Na agricultura se produz pra dois ou três meses, com o salário daqui já fizemos o rancho do mês" (ENTREVISTADO F2). "Porque a gente sabe que no emprego todo mês o salário é garantido e na agricultura se ir mal perde tudo e tem um prejuízo grande" (ENTREVISTADO J).

Relacionado à instabilidade financeira e como uma das causas que sobre ela incide, citam a instabilidade climática á qual a agricultura está submetida. Vários agricultores mencionaram ter vivenciando situações de perda das lavouras por excesso ou insuficiência de chuva. Observa-se um "desgaste" significativo dos trabalhadores ligado a este aspecto. Conforme mencionamos no item anterior deste texto, este é um fator que faz com que o trabalho para o agricultor assuma um sentido negativo. Este dado demonstra a necessidade de políticas públicas que ofereçam segurança relacionada aos riscos aos quais a atividade agrícola está submetida, principalmente para o pequeno agricultor que tem na atividade, na maioria dos casos, a sua fonte de subsistência. Mesmo tendo havido avanços em termos de políticas para o pequeno produtor, considera-se que o acesso aos instrumentos de política agrícola tem sido baseados em uma "competição" desigual entre os diversos setores rurais, que ainda coloca no mesmo patamar os agricultores patronais e os familiares, independente da sua condição econômica e de trabalho.

Com relação à motivação estar relacionada ao tamanho da propriedade, vários agricultores referiram que a extensão de terra é insuficiente para obter uma renda satisfatória, e que trabalhando somente na agricultura não enxergavam perspectivas de adquirir mais terras e ampliar a produção. A fala de uma das trabalhadoras retrata bem esta situação, quando a mesma argumenta que tem conhecimento da importância da produção de várias culturas e da criação de animais, no entanto, argumenta que o tamanho da propriedade impõe limites para que isto ocorra. Outro agricultor menciona que a família aumentou e que houve a necessidade de expandir a atividade agrícola, porém a extensão de terras que a família possuía não permitiu que isso ocorresse. Assim tiveram que buscar outra alternativa de subsistência.

A formação agrária no Brasil impôs um modelo concentrador de terra que persiste até os dias atuais, modelo este confirmado no relato do entrevistado, quando este

afirma que o tamanho na propriedade fez com que a família buscasse alternativa de trabalho.

Além disso, verifica-se que o fato de a cooperativa estar localizada no meio rural, próxima das propriedades e possibilitando conciliar duas formas de trabalho, também foi motivo para os agricultores decidirem por trabalhar em outra atividade fora da agricultura:

O filho casou, trouxe a mulher e o enteado. A família aumentou e os ganhos com a agricultura não deram mais. Daí abriu a cooperativa aqui perto e eles disseram que a gente podia faltar para trabalhar em casa e eu disse pra mulher que iria tentar um tempo, até porque não precisava mais de nós todos, hoje com a facilidade, o trabalho que a gente fazia em dez se faz quase sozinho (ENTREVISTADO F1).

Além dos pontos analisados, é possível identificar o reflexo direto da modernização da agricultura quando o agricultor menciona que a mão de obra familiar no momento em que buscou o trabalho fora da agricultura era suficiente para dar conta do trabalho na propriedade. Aqui encontramos uma das principais razões que tem estimulado a pluriatividade, ou seja, a modernização da agricultura, responsável em grande parte pela redução significativa da utilização da mão de obra disponível nas famílias (SCHNEIDER, 2009).

Sobre as condições de investimento na propriedade, os agricultores referem à questão da depreciação da propriedade (galpão e estrebaria), dos equipamentos de trabalho, às poucas condições de manutenção e aquisição de outros equipamentos que facilitariam o trabalho e qualificariam a produção. Citam a dependência dos outros para o plantio da lavoura, como um fator de desestímulo, pois é bastante comum na localidade as famílias – por não possuírem tratores, colheitadeiras e caminhões – emprestarem, estabelecerem trocas ou locarem maquinário dos vizinhos e parentes, além de utilizarem o trator cedido pelo município. Neste caso, nos deparamos com uma situação muito próxima do que vem sendo denominada de agricultura do tipo terceirizada na qual aqueles agricultores que possuem maquinário com capacidade superior às exigências da unidade produtiva, prestam serviços atendendo à demanda de outros agricultores (ANJOS; CALDAS, 2004). Esta prestação de serviço demonstra também a criação de alternativa de trabalho por parte daquele que possui o maquinário, que assim como o agricultor pluriativo também extrapola a sua atividade de trabalho para fora da própria propriedade, tornando-se igualmente pluriativo (SCHNEIDER, 2007).

Com relação às motivações ligadas à renda, mas no campo do atendimento das necessidades e demandas domésticas do grupo familiar, foi possível identificar dois pontos: as despesas básicas da casa com alimentação e medicamentos e o futuro dos filhos. O primeiro ponto é destacado quando uma entrevistada se refere: "Só com o que dava lá a gente não vivia. Quando o Marcos era pequeno ele era muito doente e só dinheiro do leite não dava" (ENTREVISTADO A).

Além disso, é possível identificar que a família consome muito do que é produzido na propriedade, porém estes produtos não atendiam plenamente às demandas da família porque estas apresentam também outras necessidades. Isso foi possível perceber através do seguinte comentário de uma agricultora: "a gente cria o frango, planta mandioca, o feijão, tem o ovo das galinhas daqui, mas também precisa do rinho, do gás [...]" (ENTREVISTADA E).

Dentre os dois pontos observa-se que a questão principal foi a necessidade de contribuir com as despesas básicas que segundo os entrevistados não estavam mais

sendo supridas através da agricultura. Quando esta necessidade é mencionada pelas mulheres, observa-se que estas se sentiam de certa forma, compromissadas em contribuir com o marido neste aspecto.

A preocupação com a garantia do futuro dos filhos também foi visualizada no momento em que decidiram pelo trabalho fora da agricultura, ou seja, a complementação da renda seria uma possibilidade de garantir a qualificação dos filhos à medida que estes poderiam se dedicar prioritariamente aos estudos ao invés do trabalho, ao contrário do que ocorreu com a maioria dos trabalhadores pluriativos entrevistados.

Finalmente, verificou-se que as motivações foram de cunho pessoal, ou seja, são provenientes do desejo e da opção por exercer outro tipo de trabalho diferente do que já haviam experimentado, seja ele na agricultura ou não.

As colocações expressam certa insatisfação ou a falta de adaptação dos trabalhadores com as atividades de trabalho fora da agricultura que já haviam experienciado anteriormente. Conforme já expressado, acredita-se que o fato da Coopericla estar localizada no meio rural, ser constituída por agricultores, conserva mesmo que indiretamente alguns traços e relações que de alguma forma se aproximam do trabalho rural ou mesmo do espaço rural, mesmo que a atividade desenvolvida, a reciclagem de materiais, seja bastante diferente da atividade agrícola. Ou seja, estes fatores podem ter pesado quando se decidiram por trabalhar na cooperativa. Acrescenta-se a isso a possibilidade que o trabalho oferecia de conciliação das duas atividades.

Observa-se enfim, que o trabalho pluriativo é decorrente de condicionantes advindos de questões econômico-sociais mais amplas que permeiam a sociedade. No entanto, o movimento e as decisões individuais e das famílias no seu interior são fatores que também influenciam na motivação para o desenvolvimento de outro trabalho fora da agricultura.

4.2 As repercussões do trabalho pluriativo na vida dos agricultores familiares

A pluriatividade pode assumir características bastante diversificadas que podem estar ligadas tanto às estratégias sociais adotadas pelas famílias como também pelas características do contexto socioeconômico em que estas famílias estiverem inseridas (SCHNEIDER, 2009). Essa heterogeneidade também pode se apresentar no que se refere às repercussões desta forma de trabalho na vida das pessoas que a vivenciam. A maioria dos estudos já realizados tem demonstrado resultados bastante positivos. No entanto, resultados negativos não deixam de aparecer também e estes são abordados sob a crítica de que as ocupações rurais não-agrícolas expressam uma modalidade de "empregos de refúgio" e que bastaria que os agricultores vivenciassem um quadro mais favorável na agricultura para renunciar o exercício destas atividades.

No caso dos sujeitos desta pesquisa as repercussões do trabalho pluriativo podem ser divididas em aspectos positivos e em outros que se revelam, de certa forma, negativos porque expressam algumas dificuldades decorrentes da conciliação das duas atividades. Com relação aos positivos pode-se dizer que as principais repercussões concentram-se em três aspectos: no campo econômico/monetário, em questões relacionadas a sociabilidade e nas condições de trabalho. Ressalta-se que o aspecto econômico se sobressai significativamente diante dos demais e que dele derivam vários outros pontos, descritos a seguir:

O planejamento financeiro foi um dos principais pontos mencionados pelos agricultores pluriativos, ou seja, a partir do trabalho na Coopericla a família passou a

ter condições de planejar os seus gastos e investimentos porque o associado recebe um salário⁵ mensalmente, o que não estavam acostumados a vivenciar na agricultura. Destacamos a colocação de um dos entrevistados que expressa esta alegação: “A gente sabe que no fim do mês vai cair na conta aquela quantia e na agricultura espera uma vez por ano pra receber e não sabe quanto vai ser e não sabe a despesa que vai ter” (ENTREVISTADO A).

O aspecto do planejamento é visualizado também quando os agricultores relatam que a família passou a efetuar compras de forma parcelada, o que deu condições de comprar mais e "honrar com as dívidas", ou seja, pagar as contas no tempo de vencimento correto. O mesmo agricultor que faz esta colocação contou que na época em trabalhava só com a agricultura teve por algumas vezes que adiar o pagamento das contas para o ano posterior. Outro agricultor mencionou ainda possuir dívidas que não puderam ser quitadas devido à imprevisibilidade climática ter afetado a sua lavoura, este informou que uma porcentagem da renda obtida na Coopericla tem sido destinada para pagar a dívida.

Foi possível confirmar o que Schneider (2009) já havia constatado: que o trabalho fora da agricultura pode contribuir para melhoria das condições de trabalho na agricultura na medida em que alguns agricultores passam a ter condições de investir na própria propriedade, como é o caso de três dos agricultores entrevistados. Destacamos a fala de um deles que faz o seguinte relato: “Com o salário que eu ganho aqui eu ajudo em casa e daí sobra um pouco da produção. Antes sobrava muito pouco. Agora temos mais dinheiro e estamos pensando em construir uma casa ou um galpãozinho” (ENTREVISTADO I).

Verificou-se que melhoria da casa, o acesso a bens materiais para a mesma e a possibilidade de comprar roupas também foram pontos frequentemente destacados, principalmente pelas trabalhadoras:

É... Ajudou bastante. A gente começou a comprar as coisas pra dentro de casa, que a gente tinha pouco, melhorou pra se vestir. Antes dava pra comprar uma muda de roupa por ano e agora, a hora que quiser, compra uma muda de roupa. Também comprei uma geladeira (ENTREVISTADA C).

A possibilidade de aumentar o patrimônio foi outro ponto mencionado. Dentre os entrevistados dois agricultores referem ter conseguido adquirir mais terras, ter construído uma casa nova para a família na propriedade e outro ter ajudado o filho a construir uma casa, conforme se observa em uma das falas transcrita:

Melhorou. Compra de propriedade, conseguimos comprar mais uma propriedade que é onde eu moro em Santa Cecília, sobra mais dinheiro (ENTREVISTADO B).

As repercussões no aspecto da sociabilidade⁶ são localizadas em dois pontos: na convivência e interação comunitária, sendo que neste último a repercussão da pluriatividade tem sido apontada como negativa.

Sobre a convivência, os associados referem que o trabalho na cooperativa trouxe a possibilidade de novas amizades e de convívio cotidiano com outras pessoas que não

⁵Ressalta-se que o salário dos associados é pago de acordo com a produção da cooperativa, porém os agricultores relataram que conseguem manter uma média mensal.

⁶A sociabilidade é aqui compreendida como padrões e formas de relacionamento social concreto que ocorrem em contextos ou em círculos de interação e de convívio social determinado Simmel (1979 *apud* Binda, 2002).

se restringem ao grupo familiar. Como a maioria dos entrevistados teve o primeiro trabalho fora da agricultura na cooperativa, esta foi a primeira experiência de convivência com outras pessoas fora do grupo familiar a partir do trabalho. Além da convivência no trabalho, a mesma também é mencionada, no âmbito familiar quando um dos entrevistados cita positivamente como reflexo dos benefícios trazidos a partir do aumento da renda, obtida através do trabalho pluriativo: "Agora podemos ter as coisas que precisamos dentro de casa, estamos conseguindo manter os filhos estudando, melhorou até convivência em casa" (ENTREVISTADA E).

O ponto negativo verificado que vem repercutindo na sociabilidade dos trabalhadores pluriativos relaciona-se à falta de tempo para outras atividades, consideradas de lazer e que os agricultores estavam habituados a realizar, como por exemplo, visitar os vizinhos e parentes e para participar de algumas atividades comunitárias. Dentre as atividades comunitárias citam os jogos de bocha que ocorrem aos finais de semana e o envolvimento na organização de algumas festividades religiosas na localidade. A fala a seguir retrata tanto a questão mencionada como também a dificuldade quanto à sobrecarga de trabalho. Demonstra também que as famílias criam estratégias e se organizam internamente em função do envolvimento de seus membros com o trabalho fora e dentro da propriedade, isso é percebido quando a entrevistada menciona a dinâmica de trabalho que ela e a sogra adotam para desenvolver o trabalho doméstico na propriedade.

Sim. A gente não tem mais tempo pra nada, é aqui e é em casa, tudo é a gente que tem que fazer. A sogra faz o serviço dela e eu tenho que fazer o meu e dar uma ajuda na lavoura. A principal dificuldade é falta de tempo, a gente não tem tempo pra nada, nem para ir à igreja, eu ia sempre, nós participávamos da comissão das festas da nossa Santa Cecília, mas agora tá difícil (ENTREVISTADA C).

Quanto às condições de trabalho como principal dificuldade decorrente da conciliação do trabalho agrícola com o trabalho fora da agricultura, os agricultores são quase unânimes ao citar o cansaço ocasionado pela carga excessiva de trabalho. Conforme já citado, 72,73% contribuem frequentemente com o trabalho agrícola desenvolvido na propriedade. Além de outras atividades agrícolas, a maioria das famílias possui vacas de leite e o trabalhador pluriativo contribui com a realização desta atividade cotidianamente pela manhã antes de ir para a cooperativa e ao retornar.

A maioria dos agricultores informou que, além do trabalho frequentemente realizado durante a semana, utilizam os finais de semana e as folgas a que têm direito de gozar na cooperativa para trabalhar na propriedade. Durante a entrevista pôde-se observar que as famílias valorizam ter o domingo, especialmente como um dia livre para o descanso e atividades de lazer. Isso foi possível perceber porque muitas famílias fizeram colocações do tipo "até no domingo a gente trabalha ao menos até o meio-dia (ENTREVISTADO C)", "nem no domingo dá pra descansar" (ENTREVISTADO D). Sabe-se que o domingo comumente é um dia destinado ao descanso e que no meio rural não deveria ser diferente, porém menciona-se esta questão porque a mesma foi mencionada de forma significativa, É como se este dia fosse um dia "sagrado" e que o trabalho realizado neste dia é uma espécie de "penalidade".

A cooperativa possui um "fundo de descanso" que prevê ao associado tirar quinze dias durante o ano para descansar. No entanto, os agricultores normalmente desfrutam deste benefício quando precisam intensificar o trabalho na propriedade, normalmente nos períodos de safra, o que faz com que não consigam utilizar este período para efetivamente descansar.

Ocasionalmente, durante o ano, o associado também pode tirar folgas para trabalhar na atividade agrícola, mas se estas forem adicionais aos quinze dias a que têm direito, o dia de trabalho não realizado é descontado. Alguns contratam mão de obra temporariamente para ajudar nas atividades da propriedade nos períodos que demandam maior envolvimento. Acreditam que mesmo tendo que contratar mão de obra para ajudar no trabalho agrícola, o trabalho na Coopericla ainda é compensatório. Isso é percebido através da fala de um dos entrevistados:

Eu não acho! Até inclusive que no fim de semana a gente contrata diarista para ajudar e mesmo assim compensa eu trabalhar lá e contratar alguém para trabalhar na propriedade. Porque a gente é novo, quem sabe quando ficar mais velho não aguente trabalhar com as duas coisas (ENTREVISTADO H).

Segundo os agricultores, a dedicação ao trabalho nos finais de semana é uma alternativa para conseguirem permanecer nas duas atividades, caso contrário, acreditam que teriam que optar por apenas uma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a pluriatividade se configura como manifestação dos processos de transformação das formas de ocupação da força de trabalho no meio rural que trazem consigo uma série de inquietações e alterações sociais que não se limitam ao mercado de trabalho, mas se estendem aos aspectos culturais, identitários e subjetivos dos sujeitos e conseqüentemente as configurações do espaço rural de um modo geral.

Considera-se que a experiência da Coopericla e do trabalho realizado pelos agricultores é um exemplo que sustenta as inúmeras transformações que o rural vem sofrendo afirmando assim que estamos diante de um novo rural ou de uma nova ruralidade. O primeiro ponto que nos faz considerar o caso da Coopericla como uma expressão das alterações do rural está relacionado à forma e aos motivos de criação da cooperativa. A mesma foi criada por iniciativa dos próprios agricultores que, diante das dificuldades enfrentadas, buscaram alternativa de trabalho fora da agricultura. Acrescenta-se a isso, que não foi uma iniciativa isolada ou individual, ou seja, partiu de um coletivo de agricultores mediante o argumento principal de coibir o êxodo rural.

O segundo ponto se relaciona à própria especificidade da atividade, ou seja, o grupo de agricultores se apropriou de um setor considerado ainda novo no mercado, cujas experiências no país ainda estão sendo construídas e as atividades carregam um estigma negativo e são marginalizadas pelo conjunto da sociedade.

O terceiro ponto está ligado à integração rural-urbano estabelecida a partir da atividade, ou seja, o rural passa a receber os resíduos produzidos no urbano e transforma estes em oportunidade de trabalho e geração de renda no meio rural. Destaca-se ainda o fato da apropriação pelos trabalhadores rurais de uma atividade que sempre foi desenvolvida por trabalhadores urbanos.

Observa-se assim que aspectos culturais tradicionais construídos historicamente de que o rural deveria comportar apenas atividades agrícolas, de produção de alimentos ou matérias-primas e que os trabalhadores deste meio, no caso os agricultores familiares, não teriam condição, capacidade ou habilidade para desenvolver outra atividade fora da agricultura se rompe dando lugar a visualização de outras potencialidades para este meio que se tornou multifuncional.

Todo este processo tem-se apresentado como possibilidade para as famílias permanecerem em seus locais de origem, como no caso dos agricultores vinculados a

Coopericla, ou seja, a permanência das famílias no espaço rural e a continuidade do desenvolvimento de atividades agrícolas como decorrentes da pluriatividade confirmam que a mesma tem importância significativa na reprodução da agricultura familiar e que os agricultores podem estabelecer estratégias diversas para assegurar a sua reprodução que não passam, fundamentalmente, pela modernização técnico-produtiva de seus sistemas agrícolas e estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2009).

Também no caso analisado a pluriatividade representou, para os entrevistados, contribuições à melhoria de suas condições de vida, tanto no que se refere aos aspectos econômicos quanto àqueles relacionados às alterações dos papéis sociais ligados especialmente a questão de gênero, as relações familiares e de sociabilidade. Sendo que esta última se apresenta positivamente através da ampliação da rede de relações e convivência com outros trabalhadores no cotidiano das atividades na Coopericla e negativamente na medida em que a sobrecarga de trabalho passou a restringir as possibilidades de participação nas atividades comunitárias.

Ainda sobre os aspectos negativos foi possível constatar que a pluriatividade, embora seja reconhecida como uma alternativa diante das dificuldades dos agricultores foi referida pelos entrevistados como situação geradora de uma sobrecarga de trabalho indesejada. Este dado pode estar indicando que a pluriatividade oculta, sob o seu manto de “modernidade”, uma nova modalidade de exploração do trabalhador rural.

A pesquisa demonstrou que, não obstante ser a pluriatividade uma alternativa capaz de produzir melhorias na condição de vida do trabalhador rural, esta se faz também sob a lógica da significação e do sentido do trabalho como fardo, dado a sobrecarga de o que envolve devido a intensidade e extensão da jornada de trabalho. Desse modo, a luta por melhores condições de vida e trabalho no campo brasileiro continua mantendo a sua urgência.

A pesquisa constatou ainda que, sob a nova etapa do capitalismo, com a emergência da economia solidária, da pluriatividade entre outras formas de atividades laborais, o trabalhador vive um intenso processo de crise, perda ou redefinição da sua identidade sócio profissional, fator que também pode influenciar e trazer novos sentidos para o rural e para o trabalho exercido pelos sujeitos neste meio, especialmente o agrícola.

No caso estudado constatou-se que não existe ruptura da identificação profissional dos trabalhadores com a agricultura e sim a produção de uma nova identidade profissional que passa a agregar outra – no caso a de trabalhador da reciclagem.

Esses processos identitários nos fazem considerar que é preciso uma ampliação do que seja o agricultor, desvinculando categoria dos aspectos econômicos e das atividades produtivas agrícolas, pois, como se pôde perceber através dos resultados da pesquisa, o fato dos trabalhadores passarem a desenvolver outra atividade fora da agricultura gera certa dificuldade quanto a definição da identidade sócio profissional destes trabalhadores. No entanto, esta não é suficiente para afirmar que os agricultores não se identificam profissionalmente com a atividade agrícola; ao contrário, mesmo que de forma indireta, é possível constatar de modo significativo a identificação sócio profissional com a agricultura.

Foi possível verificar que a identificação dos trabalhadores com a atividade agrícola, mais do que a importância econômica que a produção apresenta para o sustento da família, está associada ao modo de ser e de se relacionar com o mundo, com o rural e com a natureza, ou seja, parece apoiar-se no sentido de manutenção de um determinado modo de vida, independente do trabalho na agricultura ser ou não a atividade principal.

O exercício da pluriatividade pelos agricultores familiares passou a gerar outros sentidos que advêm de certo modo dos aspectos econômico-financeiros, mas extrapolam estes fatores.

Resumidamente é possível citar que os sentidos do trabalho atribuído pelos entrevistados na dimensão social estão relacionados a uma necessidade comum e intrínseca a todos os indivíduos, como promotor e também indutor de dificuldades relacionadas a sociabilidade, sobrecarga, como possibilidade de contribuição para o bem-estar social através da preservação ambiental e da produção de alimentos na agricultura. Nas dimensões pessoal e familiar os sentidos do trabalho se relacionam, fundamentalmente, com a maior autonomia dos trabalhadores, com a satisfação das necessidades básicas e sobrevivência das famílias, com as alterações nas relações familiares, com o aumento da renda familiar, com a possibilidade de planejamento financeiro, com a necessidade de diversificação das experiências laborativas e com a reelaboração ou indefinição da identidade sócio profissional.

6. REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp, 1992.

ALENTEJANO, P. R. **As relações cidade-campo no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPPEL, 2003.

ANJOS, F.; CALDAS, N.V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas, In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (eds) **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**, v. 7, p. 71-105, Brasília: Embrapa, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, R. R. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Revista da Gestão USP, jan/mar. 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em:<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em 18 de dezembro de 2011.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1988.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11, 1998. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acesso em 17 de agosto de 2011.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p.165-185, 2006,

CARNEIRO, P. A.S. Desafios e oportunidades no contexto das novas ruralidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 6, p. 45-65, ago. 2008.

COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. **Projeto Coopericla**. Santa Cecília do Sul, 2010.

COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. Regimento Interno. Santa Cecília do Sul, 2010.

DAJUI, E. M. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DE PAULA, S. **Quando o campo se torna uma experiência urbana**. Estudos Sociedade Agricultura, n. 17, out. 2001.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudo Sociedade e Agricultura**, n. 18, 2002.

FROELICH, J. M. **Rural e natureza**: as construções sociais do rural contemporâneo. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 2 de janeiro de 2012.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade**: aspectos metodológicos. Economia Aplicada, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.,1998.

MARX, K. **O capital**, v. I e II, tomo I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, R. J. **Ruralidades e globalizações**: ensaiando uma interpretação, Cadernos CPDA – Ruralidades. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2005.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Annablume, 2007.

PIRES, A. Um sentido dentre outros possíveis: O rural como representação. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. (ed. téc.). **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, n. 1, 1995.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**, 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. **As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, n.1, p, 107, 1999.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura no rio Grande do Sul. Dissertação Mestrado (Sociologia). - UNICAMP, Campinas, 1994.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. México: Ed. Flacso, 2007.

SILVA, J. G.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. In: **São Paulo em Perspectiva.**, v. 11, n. 2, p. 136, 1997.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J. G. (Ed.) **O novo rural brasileiro**: as novas atividades rurais., v.6. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental, In: GUILHERME, V. O. (org.) **O fenômeno urbano**. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

SOUZA, M. Pluriatividade e Nova Ruralidade: Reelaboração de identidades sociais em duas comunidades Paranaenses. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (ed. téc.). **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. **Sentidos e significados do trabalho**: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt. Acesso em 26 de janeiro de 2012.

ZWIK, E. **Sentidos do trabalho e do meio ambiente no campo**: uma abordagem interpretativa. Seminários em Administração. Minas Gerais. set. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo In: **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 15, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

